



Índice

- 01** [Meu MS: Saiba mais sobre a cultura dos povos indígenas guarani-kaiowá](#)
- 02** [Concluída desintrusão da terra indígena Awá-Guajá](#)
- 03** [Espaço da Poesia celebra cultura indígena com música, dança e literatura](#)
- 04** [Violações a direitos indígenas, foco de nova audiência da Comissão Nacional da Verdade em MS](#)
- 05** [A Terra Indígena Morro dos Cavalos pertence aos Guarani e deve ser respeitada](#)
- 06** [Povos indígenas de Pernambuco ocupam Gerências Regionais de Educação](#)
- 07** [Abril no Acre Indígena](#)
- 08** [Comunidade quilombola cobra melhorias](#)
- 09** [Hidrelétricas no rio Trombetas preocupam quilombolas e indígenas do Pará](#)
- 10** [Brasil Afora: time ribeirinho sofre com campo embaixo d'água no Pará](#)
- 11** [Via Campesina protocola no MJ moção de repúdio à Minuta que modifica demarcações](#)
- 12** [Ribeirinhos contam com transporte gratuito até Calama](#)
- 13** [Comunidade critica substituta de Saúde Indígena em MS após protestos](#)
- 14** [Equipes da Aeronáutica seguem a pé até local onde aeronave foi localizada](#)
- 15** [Nos 514 anos da invasão, artistas se unem contra projetos legislativos anti-](#)



indígenas e pedem demarcação

- 16** MPF/RR: mais dois fazendeiros desocupam área na região do Ajarani.
- 17** Mostra dos Povos Indígenas estará disponível na Unesc
- 18** Deputada Solange cobra resposta da Funai sobre reconhecimento de nova etnia indígena em Araguaçu
- 19** UFMG discute inserção indígena
- 20** Indígena de 86 anos frequenta escola diariamente e é exemplo perante aos seus colegas de turma
- 21** VII encontro do CEDAP: Culturas indígenas e identidades
- 22** Instituto promove Encontro Cultural Indígena
- 23** VIDEOCONFERÊNCIA | 23/04/2014, 14h – Apropriações Tecnológicas no Ensino-Aprendizagem da História e Cultura dos Povos Indígenas
- 24** Tupã - 42ª semana do índio
- 25** Semed oferece alfabetização bilíngue para alunos indígenas
- 26** Comunidades indígenas do Amazonas comandam negociações
- 27** CCJ aprova aumento de pena para crime contra dignidade sexual de indígena
- 28** Violência contra a mulher indígena em debate na V Semana do Índio – CampoGrande/MS
- 29** Leitor critica artigo sobre terras indígenas
- 30** MPF-AM recomenda que Unir receba alunos indígenas de Humaitá



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

31 [Etnia indígena apela à OEA para que EUA reconheçam roubo de terras](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Meu MS: Saiba mais sobre a cultura dos povos indígenas guarani-kaiowá

SÍTIO G1, 22.04.2014

A cultura dos povos indígenas representa boa parte da cultura sul-mato-grossense que os preservam e valorizam

Fique ligado na programação. O programa passa todos os sábados às 13h50, logo após o Jornal Hoje.

Assista e saiba das novidades e curiosidades sobre o estado de MS e ouça muita música regional.

Veja o vídeo ao lado! (<http://redeglobo.globo.com/tvmorena/meums/noticia/2014/04/meu-ms-saiba-mais-sobre-cultura-dos-povos-indigenas-guarani-kaiowa.html>)

Dia 19 de abril foi o dia do Índio e em homenagem a essa data, o Meu MS exibiu alguns dos costumes e tradições que a tribo indígena dos guarani-kaiowá, na cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul, preserva ao longo de muitos anos.



Concluída desintrusão da terra indígena Awá-Guajá

SÍTIO JUS BRASIL, 23.04.2014

O Juiz Federal da 5ª Vara, José Carlos do Vale Madeira participou, no dia 17 de abril, na aldeia Juriti, de uma cerimônia que simbolizou a devolução da terra aos índios Awá Guajá. Durante o ato, os indígenas receberam das mãos dos oficiais de justiça da Justiça Federal o auto de desintrusão.

O território com mais de cem mil hectares, localizado entre os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Belo, São João do Caru e Zé Doca, retornou aos habitantes originais após decisão judicial proferida no final do ano passado.

Também estiveram presentes à cerimônia, o Procurador da República no Maranhão, Alexandre Silva Soares, representantes da Secretaria Geral da Presidência da República e da FUNAI.

O Juiz Federal José Carlos Madeira e o Procurador da República, Alexandre Soares aproveitaram para fazer um sobrevôo de reconhecimento na região. Foram percorridos antigos povoados, cujas casas foram totalmente destruídas, áreas de degradação e desmatamento e outras propriedades. Eles também visitaram o local onde foi montada, pela FUNAI, uma estrutura de proteção com sinalização e cancelas.

Espaço da Poesia celebra cultura indígena com música, dança e literatura

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 22.04.2014



Campo Grande (MS) – A Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul realiza nesta sexta (25 de abril), a partir das 19 horas, no terraço do Memorial da Cultura e da Cidadania uma nova edição do Espaço da Poesia, que celebra o Dia do Índio, comemorado no último dia 19. A entrada é franca.

O Coral da Fundação de Cultura abre a programação com clássicos da música nacional e sul-mato-grossense. O grupo tem como objetivo incentivar servidores e membros da comunidade à prática do canto coral e também representa um meio de socialização. Conta com 35 coralistas entre servidores da FCMS e comunidade em geral. Tem como regente o maestro Orion Cruz e na coordenação a servidora Isolina Saraiva Nantes.

A sequência do “Espaço” é de contação de histórias, com a arte educadora Rose Borges e lançamentos de livros. “Vida Nova”, primeiro livro de Jânder Baltazar Rodrigues, é uma compilação de poesias, desenhos e contos que se produziram no decorrer dos anos de 2009 e 2010. O título, simples e discreto, pretende indicar o matiz inaugural, bem como a leveza presente no ato criativo de tais versos.

Jânder Baltazar Rodrigues nasceu em 1992 em Campo Grande e possui graduação em Letras/Inglês. Atualmente é mestrando em Historiografia Literária pela UEMS. Por duas vezes, em 2010 e 2012, foi premiado pela UBE - MS (União Brasileira de Escritores) na Noite Nacional da Poesia, onde concorreu com os poemas ‘O Espantalho’ (incluído neste volume) e ‘Nova Aliança’.

Já o livro “Primeiro”, de Rangel Castilho, apresenta impressões universais traduzidas ou filtradas pelo olhar de quem vive no Pantanal de comitivas e pescadores, desse bioma que incute em quem nele vive o aceitar do tempo, a sapiência dos pajés e dos peões que isolados da dita civilização aprendem com a natureza a resposta para tudo, ou quase tudo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Rangel Castilho é sul-mato-grossense, músico, poeta e pantaneiro. Participa de blogs, sítios culturais, festivais, mostras e coletâneas, entre elas a Revista "Anastarte" e "Horizontes Possíveis", da cidade de Anastácio. Como pesquisador publicou artigos culturais em veículos de comunicação brasileiros e portugueses e no jornal "O Pantaneiro", onde registrou os 100 anos de história da música em Aquidauana.

O colorido e a cultura indígena estarão presentes também na apresentação da "Dança Palaxo", coreografia inspirada na arte dos índios sul-mato-grossenses executada por alunos da Escola Municipal Sullivan Silvestre de Oliveira, que faz parte do loteamento Marçal de Souza, na Aldeia Urbana de Campo Grande.

A Banda Exivá encerra as atividades desta edição do Espaço da Poesia com muita música e inspiração. Criado em 1996 na Aldeia Indígena Lagoinha, de Aquidauana, o grupo é formado por cinco indígenas que estudaram música em Goiânia. O repertório é formado de músicas de própria autoria na língua materna, além de canções tradicionais de Mato Grosso Sul.

O nome da banda - coordenada por Itamar Jorge Terena, graduando do Curso de Letras da UFMS e professor de língua materna na Escola Municipal Sullivan Silvestre - faz referência à fundação da primeira aldeia dos Terena quando da penetração dos ancestrais no território sul-mato-grossense.

A apresentação da banda Exivá no Espaço da Poesia é uma grande oportunidade para o público conhecer e apreciar algumas músicas na língua terena e outras regionais, dentre elas "HanaitiUnain", "Mbokexá Ra Pokée", "Kikiô", de Geraldo Spindola, "Kanancioê", do Grupo Acaba, "Trem do Pantanal", de Almir Sater, dentre outras.

Durante o Espaço da Poesia haverá também exposição de artesanato indígena, decoração especial em homenagem ao Dia Nacional do Livro infantil (celebrado em 18 de abril) e uma exposição de quadros do artista plástico Pedro Guilherme.

Serviço: O Espaço da Poesia acontece nesta sexta (25 de abril), a partir das 19 horas. A entrada é franca. O Memorial da Cultura fica na Avenida Fernando Correa da Costa, 559, no Centro.



Violações a direitos indígenas, foco de nova audiência da Comissão Nacional da Verdade em MS

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 23.04.2014

A 2ª Audiência da Comissão Nacional da Verdade em Dourados (MS), que vai tratar da violação de direitos indígenas entre 1946 e 1988, vai ser realizada de 24 a 26 de Abril. O evento vai ocorrer no cine auditório da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Na abertura, às 19h do dia 24, o pesquisador Marcelo Zelic apresentará o Relatório Figueiredo, fruto de investigação sobre violência contra indígenas no país durante a ditadura militar.

Zelic encontrou o documento - que se julgava desaparecido em um incêndio - e suas descrições de torturas contra índios realizados com apoio do extinto Serviço de Proteção ao Índio.

Nesta segunda sessão serão apresentados nove casos de violação contra os indígenas em Mato Grosso do Sul, que culminaram na expulsão de seus territórios tradicionais. A audiência contará com a presença das etnias guarani-ñandeva, guarani-kaiowá, terena, kadiwéu, kinikinau, ofaié-xavante e guató, todas de Mato Grosso do Sul. Especialistas acompanharão os depoimentos devido à dificuldade dos indígenas com a língua portuguesa.

As informações e depoimentos desta segunda audiência vão somar com as já colhidas pela Comissão Nacional da Verdade em 21 de fevereiro, na 1ª audiência da CNV voltada para os direitos indígenas no país. Poderão servir como base para possíveis pedidos de indenização coletiva, ou outras ações compensatórias, em favor das comunidades indígenas.

Para o procurador da República Marco Antonio Delfino, "é importante que nós entendamos este processo histórico, que ocasiona 60 suicídios ao ano. A violência sistêmica começou lá atrás, capitaneada pelo Estado brasileiro. Crimes foram cometidos, remoção de populações inteiras, para atender interesses particulares. Estamos resgatando o direito à verdade, à reparação e, principalmente, agindo para que isso não se repita".

Confira abaixo vídeo com trechos de depoimentos e fotos do evento.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=tDKhFFXiJZE

Violência

A população indígena de Mato Grosso do Sul é a 2ª maior do país, com mais de 70 mil pessoas. A maior etnia é a dos guarani, que habitam territórios ao sul do estado. A taxa de mortalidade infantil entre a etnia guarani-kaiowá é de 38 para cada mil nascidos vivos, enquanto a média nacional é de 25 mortes por mil nascimentos. Já a taxa de assassinatos - cem por cem mil habitantes é quatro vezes maior que a média nacional.



A Terra Indígena Morro dos Cavalos pertence aos Guarani e deve ser respeitada
SÍTIO CIMI, 22.04.2014

A ocupação da TI Morro dos Cavalos pelo “acampamento Amarildo de Souza”, no último dia 16 de abril, é mais um ato de violência contra os Guarani promovido pelos governos Estadual e Federal. Essa é a posição do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Sul ao constatar que apesar da legislação brasileira ser clara no sentido da indisponibilidade e exclusividade no uso das terras pelos povos indígenas, os governos continuam tratando como se fosse terra de ninguém e ignorando a posição e opinião dos indígenas. Por outro lado, o Cimi solidariza-se aos “acampados” que dignamente lutam por terra, moradia e justiça e que vêm sendo tratados como marginais por parte das autoridades e da elite catarinense.

É lamentável que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o governo do estado não tiveram competência e vontade política para buscar um local apropriado para assentar as famílias apesar do acordo estabelecido em 07 de fevereiro perante o juiz agrário. Para o Cimi Sul não há dúvidas que a transferência dos acampados para o interior da TI Morro dos Cavalos tem como objetivo não resolver o problema, fazer com que o caso caia no esquecimento e criar mais imbróglios políticos com relação a homologação da referida Terra Indígena.

O caso teve início no dia 16 de dezembro, quando centenas de famílias sem-terra e sem teto ocuparam 600 hectares de terra pública no norte da Ilha. No dia 07 de fevereiro, durante audiência com o Juiz Agrário, ficou acertado que o INCRA e o governo de estado providenciariam um novo local para assentar essas famílias até a data de 15 de abril. Passado o prazo, e sem que os órgãos responsáveis tomassem providências, essas famílias são transferidas para o interior da TI Morro dos Cavalos, apesar da advertência do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União contra o uso da Terra Indígena. A cacique, liderança máxima da comunidade, sequer foi ouvida, e só tomou conhecimento que a terra estava sendo ocupada devido aos helicópteros e viaturas da polícia militar que acompanhavam os acampados.

Do outro lado estão os Guarani, que lutam há mais de 20 anos pela regularização da terra. Coincidência ou não, no dia 25 de março de 2014 a comunidade indígena iniciou uma campanha pela homologação da terra indígena Morro dos Cavalos, para que a FUNAI possa pagar as indenizações aos ocupantes não indígenas. Parece claro que há interesse em tumultuar o processo e colocar indígenas em conflitos com sem teto.

O Cimi exige que os órgãos federais e o Governo do Estado promovam o assentamento digno às famílias do acampamento Amarildo de Souza, bem como exige da Presidente Dilma Rousseff a homologação imediata da terra indígena com o pagamento das indenizações aos ocupantes não indígenas.

Florianópolis, 19 de abril de 2014, Dia dos Povos Indígenas.



Povos indígenas de Pernambuco ocupam Gerências Regionais de Educação
SÍTIO CIMI, 22.04.2014

Em Pernambuco, mais de 1600 indígenas dos 12 povos do Estado ocuparam na manhã de hoje (22) as Gerências Regionais de Educação (GRE) dos municípios de Arcoverde, Floresta e Salgueiro. Um documento que elenca os problemas e irregularidades na oferta da educação indígena no Estado foi protocolado por representantes dos povos indígenas ainda nessa tarde no Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada.

“O Estado tem se omitido sistematicamente na oferta da educação escolar indígena e tem nos forçado a estar insistentemente ocupando as Gerências Regionais, nos obrigando a fechar nossas escolas e a comprometer a aprendizagem de nossos estudantes”, diz trecho do documento.

A mobilização é pela reforma na educação indígena, que enfrenta o caos em Pernambuco. Motoristas e professores que começaram a trabalhar em 2014 não têm contratos e não recebem pagamento desde o início do ano letivo. “Enviamos para a Secretaria de Educação a demanda pela contratação dos novos profissionais, mas até agora não autorizaram. Em todo o Estado são 30 professores e 100 motoristas sem receber nada, estavam trabalhando por amor mesmo, para não deixar as crianças sem aula” conta Francisca Kambiawá, que junto com os povos Kapinawá, Xukuru, Tuxá e Fulni-ô ocupa a GRE do município de Arcoverde, no sertão pernambucano.

Na maioria das cerca de 200 escolas indígenas do Estado não há merendeiras ou auxiliares de serviços gerais, obrigando pais e professores a se organizarem para preparar a merenda e fazer a limpeza. “Tem escolas que há dois anos enfrentam essa situação. Não fosse a organização das comunidades, não existiria educação indígena. O governo quer impedir os nossos alunos de ir para a escola”, declara a cacique Dorinha Pankará.

Além de questões estruturais, como as deficiências e atrasos no pagamento do transporte escolar, o ensino indígena em Pernambuco ainda não disponibiliza a formação continuada dos professores e não tem material didático específico e diferenciado para os diferentes povos, conforme determina a legislação.

Os indígenas estão articulados para que ocorra uma audiência pública com a presença do governador do Estado de Pernambuco, João Lyra Neto e o secretário de Educação, José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira. “O secretário havia prometido estar presente na reunião com o Conselho de Educação Escolar Indígena, que aconteceu na semana passada. Mas novamente não havia nenhum representante com expressão política suficiente para levar nossas demandas para instâncias superiores”, disse Edilene Bezerra, do povo Truká. “Por isso não vamos desocupar as sedes das Gerências até que atendam às nossas reivindicações. Estamos unidos pela reforma da educação indígena em Pernambuco”, acrescenta Jaime Bezerra Sobrinho, coordenador de oito escolas indígenas na região do município de Salgueiro.

CONT.



O Ministério Público Estadual chegou a celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no ano de 2008 com o governo do Estado, que se obrigava a regularizar a contratação de professores e funcionários para as escolas indígenas e a realizar concurso público para o magistério indígena até 2009. Porém, cinco anos depois, nenhuma das cláusulas foi cumprida.

No documento encaminhado ao MPF na tarde de hoje, os indígenas elencam a série de violações cometidas contra os povos de Pernambuco. Leia abaixo a íntegra da denúncia:

Carta Denúncia dos Povos Indígenas de Pernambuco

A: Sua Senhoria Procuradora de Justiça de Pernambuco

Drª Natália Soares

Senhora Procuradora: Nós, Povos Indígenas de Pernambuco: Xukuru, Pesqueira; Kapinawá, Buique e Tupanatinga; Kambiwá, Ibibimir e Inajá; Tuxá, Inajá; Pankararu e Entre Serras Pankararú, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, Pankaiuká, Jatobá, Fulni-ô, Águas Belas; Pankará, Carnaubeira da Penha; Atikun, Canaubeira da Penha e Salgueiro, Pipipã, Floresta e Truká, Cabrobó e Orocó, vimos por meio desta denunciar o Estado de Pernambuco, no que diz respeito ao atendimento e oferta da educação escolar indígena.

Desde 1999, quando da publicação da Resolução 03 e do parecer 14, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, respectivamente, que a oferta da educação escolar indígena passou a ser responsabilidade dos estados, podendo ser feita em parceria com os municípios, quando aceito pelos povos indígenas diretamente interessados. Os povos indígenas em Pernambuco foram unânimes em optar em ter a educação escolar indígena ofertada pelo Estado de Pernambuco. No entanto, desde a publicação do decreto de estadualização de nossas escolas que nossos povos têm travado uma verdadeira batalha para que o Estado de Pernambuco respeite o que manda a legislação e garanta o nosso direito a uma Educação Específica, Diferenciada e Intercultural. O Estado tem se omitido sistematicamente na oferta da educação escolar indígena e tem nos forçado a estar insistentemente ocupando as Gerências Regionais, nos obrigando a fechar nossas escolas e a comprometer a aprendizagem de nossos estudantes.

A baixo, elencamos os pontos que consideramos ser uma violação aos direitos dos nossos povos:

- 01- Não foram criadas as normas e ordenamentos jurídicos próprios para as escolas indígenas;
- 02- Não foi criado na secretaria, um espaço que seja responsável pelos encaminhamentos das demandas apresentadas pelos povos indígenas;

CONT.



-
- 03- Não há elaboração e publicação de material didático específico e diferenciado;
- 04- Não estar havendo investimento na construção de escolas indígenas, para atender a demanda nova, nem antiga da educação escolar indígena, bem como da educação especial e educação infantil;
- 05- O governo tem fechado o diálogo com os povos indígenas, enquadrando a oferta da educação escolar indígena, nos mesmos moldes da educação regular, no que diz respeito à contratação de merendeiras, auxiliares e vigias para as escolas indígenas;
- 06- Não tem demonstrado preocupação em discutir uma política de transporte para nossos povos, comprometendo o funcionamento das nossas aulas, com sistemáticos atrasos nos pagamentos, obrigando os motoristas a pararem e consequentemente, ao fechamento das escolas; não há um orçamento definido e específico para o transporte indígena;
- 07- De forma deliberada, o governo tem esvaziado o conselho Estadual de Educação Escolar indígena, ausentando-se das discussões e se eximindo da construção da política de educação escolar indígena;
- 08- O Estado de Pernambuco não tem promovido a formação continuada dos nossos professores e quando o tem, o faz de forma fragmentada, dividindo os povos, o que causa em nós um total desconforto, já que optamos por estar juntos em todos os espaços de discussão que diga respeito à educação escolar indígena;
- 09- Não tem sido garantida a nossa participação nos espaços de controle social, como no Conselho do Fundeb, da merenda escolar, no conselho de normatização do Estado de Pernambuco;

Percebendo, portanto, esta negligência, com o governo se eximindo de sua responsabilidade atribuída pela legislação acima citada, é que recorreremos a sua senhoria, na ânsia de poder ter, a partir da sua valorosa atenção, por parte do Estado, um diálogo permanente e profícuo, que o faça respeitar nossos direitos a uma verdadeira educação específica, diferenciada e intercultural, promotora do Bem Viver dos nossos povos.

Povos Indígenas de Pernambuco - Arcoverde, 22 de abril de 2014.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Abril no Acre Indígena

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 22.04.2014

As organizações indígenas e indigenistas realizam uma exposição, na Praça da Revolução, e um seminário de conhecimento e culturas indígenas, na Biblioteca da Floresta. Os dois eventos fazem parte da programação da 5ª edição do 'Abril no Acre Indígena', organizado pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAC) e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC).

Exposição Nawaba Mimã

Quando: 23 de abril às 10h

Onde: Coreto da praça da revolução

Quanto: Entrada Franca

Seminário Conhecimentos e Culturas Indígenas

Quando: 25 de abril às 14h

Onde: Biblioteca da Floresta

Quanto: Etrada franca



Comunidade quilombola cobra melhorias

SÍTIO JORNAL DO DIA, 23.04.2014

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodiase.com.br

No dia 13 de maio a comunidade quilombola Alagamar, localizada na cidade de Pirambu, reunirá várias representações do poder público para cobrar melhorias para o assentamento onde hoje moram cerca de 600 famílias remanescentes de quilombolas.

A reunião será realizada às 9h, na Escola Municipal 15 de Novembro. O objetivo é discutir os impactos ambientais e a aplicação de medidas compensatórias referentes à construção da rodovia SE-100 e outras políticas públicas na comunidade.

O presidente da Associação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Alagamar, Francisco dos Santos, informa que diversos órgãos foram convidados para participar do debate, a exemplo do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), Adema, Ministérios Públicos Estadual e Federal, Incra, Prefeitura de Pirambu, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação, SPU, além de representantes da empresa que será contratada para elaboração da obra, Energisa, Deso, Petrobras, CRAS, Secretaria Municipal da Cultura, Turismo, Obras, Assistência Social, Câmara de Vereadores e Secretaria de Estado da Agricultura.

"A nossa preocupação é que a obra da rodovia venha a prejudicar a área ambiental. Também queremos a garantia de acesso ao assentamento. A gente quer melhorias como saneamento, infraestrutura e ofertas de serviços, enfim política pública que beneficie a comunidade", diz Francisco dos Santos.

De acordo com ele, o assentamento enfrenta grandes problemas por falta de políticas públicas que incentivem a produção local da mangaba. Além disso, a comunidade cobra ações públicas que garantam serviços de educação, transporte e cursos profissionalizantes para os moradores dos assentamentos.

Outra reclamação é a falta de iluminação pública em várias áreas da comunidade. As famílias cobram ainda melhoria na rede de abastecimento de energia nas residências. "Outra situação é que no único posto de saúde da comunidade não tem médico. Também a gente quer o incentivo da agricultura familiar", ressalta.

A psicopedagoga, gestora ambiental e presidente da Federação das Associações do Baixo São Francisco e Vale do Cotinguiba, Maria das Graças Santos, destaca que embora haja uma boa produção da mangaba no assentamento, a comunidade enfrenta problemas para o escoamento e comercialização da fruta.

Ela ressalta a importância da preservação do cultivo da mangaba para a população do assentamento Alagamar. "Os quilombolas mantêm tradições culturais, de subsistência e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

religiosas ao longo dos séculos. E uma das funções do poder público é formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania", enfatiza. Ela também citou a importância de incentivo à piscicultura como uma maneira de fortalecimento da economia local.

O povoado também é conhecido pela produção de artesanatos feitos exclusivamente da palha de ouricuri, como o abajur, chapéus, bolsas, porta-panos de pratos, abafador de bolos, bandejas, pastas, dentre outros.

A construção de casas populares pelo Programa Nacional de Habitação Rural é outra pauta que vem sendo discutida pela comunidade quilombola.



Hidrelétricas no rio Trombetas preocupam quilombolas e indígenas do Pará

SÍTIO BLOG PÉROLA GUIA, 23.04.2014

Populações quilombolas começam a se preparar para ações de enfrentamento contra possíveis projetos de construções de hidrelétricas na área da bacia do rio Trombetas, no Pará. Temerosos em perder suas terras para as barragens, lideranças de 35 comunidades quilombolas que vivem à margem do Trombetas planejam discutir o assunto nas próximas semanas com a Fundação Palmares e com o Ministério Público Federal (MPF). Os quilombolas querem ter acesso a informações mais sólidas sobre o planejamento energético para a bacia do rio Trombetas, um afluente da margem esquerda do rio Amazonas.

A região é ocupada por uma população tradicional de quase 10 mil pessoas descendentes de escravos fugidos de fazendas há mais de dois séculos. As margens da bacia do rio Trombetas também há terras indígenas ocupadas por etnias como wai-wai, kaxuyana e tunayana. Ivanildo Carmo de Souza, de 41 anos, uma das lideranças quilombolas da comunidade Cachoeira Porteira, localizada no município de Oriximiná (distante a 819,75 quilômetros de Belém em linha reta), disse à agência Amazônia Real que recentemente "ligou dois fatos" ocorridos nos últimos dois anos, que lhe aumentaram a preocupação sobre o futuro das populações tradicionais que vivem naquela área.

"Há dois anos, apareceu aqui uma pessoa dizendo que estava prestando serviço para o governo e pediu para fazer uma pequena visita na área e ver o sistema de vazão do rio. Mandeí que algumas pessoas levassem onde ele queria ir. Ano passado, uma pessoa da Secretaria de Meio Ambiente do governo do Pará me disse: 'Ô Ivanildo, já está tramitando documentação para a hidrelétrica de Cachoeira Porteira'. Aí eu liguei as duas coisas e isso me deu uma preocupação tão grande. Mas não ficamos sabendo de mais nada", disse.

A ameaça de construções de barragens as comunidades naquela bacia desde o final da década de 70, mas os estudos realizados não avançaram para ações mais concretas e nem se teve notícias da aprovação de algum projeto hidrelétrico.

Em fevereiro de 2014, contudo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão do Ministério de Minas e Energia, iniciou um estudo socioambiental de inventário hidroelétrico na bacia do rio Trombetas. O estudo abrange o curso principal do rio Trombetas e o baixo curso dos rios Mapuera e Cachorro, nos trechos localizados na Floresta Estadual de Trombetas e na Floresta Estadual de Faro, no município de Oriximiná. As informações a respeito do contrato firmado com o Consórcio Ferma-Igplan estão disponíveis no site da EPE, mas os detalhes sobre o estudo foram fornecidos com exclusividade à agência Amazônia Real, após o órgão ser procurado pela reportagem. Segundo a EPE, o potencial hidroelétrico previsto do rio Trombetas é de 2.000 MW.

Embora a EPE não tenha informado as comunidades situadas na área pesquisada, a Amazônia Real apurou que o local é ocupado por terras quilombolas, com uma população de quase 10 mil

CONT.



peças descendentes de escravos fugidos de fazendas há mais de dois séculos e que vivem como extrativistas e mantêm as tradições de seus ancestrais. A área também é ocupada por terras indígenas.

Ivanildo Carmo de Souza disse à Amazônia Real que a área citada pela EPE abrange 35 comunidades quilombolas, entre elas Cachoeira Porteira. Souza contou que a "ameaça" de construção de hidrelétricas existe há vários anos, mas os moradores das comunidades nunca foram consultados.

Atualmente, Cachoeira Porteira e as demais comunidades quilombolas estão em pleno processo de regulamentação fundiária. Neste ano, os moradores quilombolas chegaram a um acordo com a população indígena que vive na região para definir a extensão de cada território. Conforme Souza, a relação com os indígenas é de parentesco e de laços familiares. "Para nós, hidrelétricas não são viáveis. Elas são construídas só para jogar energia para as grandes metrópoles. Não estão nem aí para as comunidades. Vão acabar com nosso meio e nosso modo de vida. Se tiver uma hidrelétrica aqui, castanhais serão destruídos por inundações e teremos que sair. E para onde vamos? Para a cidade?", disse.

Ivanildo Carmo de Souza afirmou que está prevista para ocorrer em breve uma reunião com MPF, Funai (Fundação Nacional do Índio) e Fundação Palmares, órgão federal de atenção às comunidades quilombolas do país, para uma conversa sobre a questão fundiária. Mas o assunto sobre hidrelétricas na região vai entrar na pauta de discussão.

"A gente já sabia desse perigo de hidrelétricas aqui, mas o que faltava era discutir. Vamos conversar todos, quilombolas e indígenas, e fortalecer uma parceria, porque as coisas podem acelerar e quando dermos conta, constroem hidrelétricas aqui na nossa terra", disse Souza.

Estudos anteriores

Um estudo realizado em 2012 pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) afirma que "a existência de Cachoeira Porteira está documentada historicamente nos registros de escravos nas plantações de cacau na região do baixo Amazonas em 1778, no registro de autorização, dos mocambos no Alto Trombetas entre 1823 e 1870, no belíssimo relato de Henri Coudreau Viagem ao Trombetas (1899), na memória oral dos remanescentes de quilombos da comunidade".

O antropólogo Emmanuel de Almeida Farias Júnior, que desenvolve pesquisa de doutorado nas comunidades quilombolas do rio Trombetas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e integrou a pesquisa do Idesp, acredita que o que está acontecendo atualmente é uma complementação de estudos anteriores e que podem, a partir de agora, levar ao avanço dos projetos de hidrelétricas naquela bacia.

"Em 2012, quando comecei a fazer o trabalho de pesquisa, vi que as empresas estão realizando estudos há muito tempo. Mas acho que agora vão avançar mais com os inventários. Elas devem estar aprimorando e concluindo", disse o antropólogo. Conforme Farias Júnior, a região pesquisada possui uma área de várzea onde se for construída as hidrelétricas, tudo será

CONT.



inundado. “Se tiver hidrelétricas, os quilombolas não poderão ficar ali e terão que ser remanejados”, afirmou.

Outros estudos

Não é a primeira vez que a bacia do rio Trombetas é estudada para fins energéticos. No final da década de 70, durante a ditadura militar, o projeto foi incluído no planejamento de hidrelétricas na região amazônica. Na década seguinte, a Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) encomendou uma série de pesquisas na área. Um deles foi sobre impactos na ictiofauna (peixes), produzido pelo pesquisador Efrem Ferreira, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), entre 1985 e 1988. No seu estudo, Ferreira explica que o trabalho de pesquisa foi realizado na “área de influência da futura UHE Cachoeira Porteira”.

Em 1988, o então presidente José Sarney concedeu a outorga de concessão para aproveitamento de energia hidráulica dos rios Trombetas e Mapuera para a Eletronorte por meio do Decreto 96.883.

Os estudos da década de 80, contudo, foram realizados a partir de versões anteriores do Manual de referências do Ministério de Minas e Energia e, portanto, não existe inventário aprovado vigente na bacia do rio Trombetas, segundo a assessoria de imprensa da EPE.

Já o atual estudo, conforme a EPE, é elaborado a partir dos ditames do Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas publicado em 2007 pelo Ministério de Minas e Energia e que faz parte do Plano Nacional de Energia 2030, do governo federal. A reportagem tentou acessar os documentos Manual (bem como outros relatórios do Plano) pelo endereço na internet, mas a página deu erro, até a publicação desta matéria.

Fonte:blogquartopoder



Brasil Afora: time ribeirinho sofre com campo embaixo d'água no Pará

SÍTIO GLOBOESPORTE, 23.04.2014

Barão do Amazonas, equipe amadora da comunidade Boca de Cima do Aritapera, viaja cerca de duas horas e meia até Santarém para disputar Copa dos Campeões

Por Gustavo Campos
Santarém, PA

Um time que não joga em casa e não treina para as partidas pode ter chance em alguma competição? O Barão do Amazonas, equipe amadora da região de várzea de Santarém, mostrou que sim. O clube participou do módulo de Rios da Copa dos Campeões local, mas foi o único que não jogou uma partida em seus domínios. Representando a comunidade Boca de Cima do Aritapera, localizada a cerca de 15 km da cidade, o time sofreu com o período de cheia do Rio Amazonas, que acabou tomando conta do campo e de sua sede.

Por causa disso, a equipe ribeirinha mandou um jogo na primeira fase contra o Luso Brasil em uma comunidade vizinha e depois disputou toda a segunda fase em Santarém, no campo do Panterão – empatou em 1 a 1 com o União do Parauá e perdeu para o Esporte Clube Saracura por 4 a 3. Nessa fase decisiva, todos os times da várzea foram levados à zona urbana, por conta da subida do nível do rio.

No caso do Barão, a situação é um pouco pior, já que o time não teve condições de treinar para nenhum dos jogos que disputou pela competição. Nesta época do ano, os moradores se deslocam por canoas pela comunidade e não existe um espaço de terra firme para que os jogadores pudessem fazer algum tipo de preparação.

- Nossa realidade é difícil. Jogar aqui em Santarém sem treinar é muito complicado. Nosso time passa a semana toda na proa de uma canoa, e no sábado ou domingo tem que viajar e entrar em campo. Mas os comunitários da várzea têm que se acostumar com esses fenômenos da natureza – explica Domingos Sousa Pereira, presidente do Barão do Amazonas.

Mesmo assim, a equipe conseguiu fazer uma boa campanha. Foi eliminada após a derrota para o Saracura - que acabou se sagrando o time campeão da várzea - mas chegou ao triangular decisivo de seu módulo, junto a Esporte Clube Saracura e União do Parauá.

A Copa dos Campeões de Santarém está em sua primeira edição e reúne equipes da zona urbana e rural do município, divididas em módulos de acordo com a região – na cidade, são dois grupos correspondentes às áreas dos bairros Prainha e da Aldeia, no interior, os times do Planalto e da várzea têm chaves diferentes.

Para disputar os jogos, a delegação viaja por duas horas e meia de barco da comunidade Boca

CONT.



de Cima do Aritapera para Santarém e depois faz o mesmo trajeto de volta. Essas viagens foram custeadas pelo próprio clube, que gasta, em média, R\$ 700 por partida.

O presidente fechou parcerias com donos de embarcações que fazem viagens para Santarém durante o período da Copa dos Campeões. De acordo com ele, cerca de 30 pessoas, entre jogadores, comissão técnica e torcida, ia até a cidade a cada final de semana que o Barão entrava em campo.

Chegando à cidade, os jogadores ficavam na casa de parentes. No entanto, depois de cada partida, também coube à direção custear a alimentação de toda a delegação. Com a ajuda de familiares e da própria comunidade, os atletas almoçaram, jantaram e lancharam por diversas vezes na casa de Domingos de Sousa Pereira, em Santarém.

- Nós temos conseguido dar esse apoio para eles. Com a ajuda de comunitários que hoje moram na cidade, nós compramos carne e outros alimentos e trazemos a delegação para minha residência – explica o presidente do clube.

Campeão ribeirinho no ano passado, o Barão do Amazonas ganhou o direito de participar da Copa dos Campeões 2014. Fundado há mais de 60 anos, o clube ganhou esse nome para homenagear os homens ricos e importantes que visitavam a comunidade Boca de Cima do Aritapera pela década de 50.

De lá para cá, o clube seguiu participando de competições entre as comunidades de várzea e construiu uma nova sede, dando sequência à paixão dos moradores pelo futebol. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas para participar da competição, a oportunidade de jogar um torneio na cidade foi vista com muito entusiasmo tanto pra os jogadores quanto para a direção do clube.

De acordo com Domingos de Sousa, os moradores de todas as comunidades de várzea de Santarém gostam do esporte, e por isso montam times de futebol para disputar campeonatos locais. Ele afirma que o trabalho que teve para proporcionar ao time sua participação na Copa dos Campeões valeu a pena para que o clube possa ficar mais conhecido no cenário municipal.

- Sem dúvida, nossa região da várzea é carente, mas é determinada. E por isso, com a ajuda de todos os nossos conterrâneos, conseguimos viabilizar a participação da equipe. As comunidades são apaixonadas por futebol, temos locais com dois ou três equipes, o que mostra essa relação com o esporte. Jogar é a nossa diversão, e é por isso que nos esforçamos tanto.



Via Campesina protocola no MJ moção de repúdio à Minuta que modifica demarcações SÍTIO CIMI, 23.04.2014

A Via Campesina, movimento internacional que reúne organizações camponesas de pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas, irá protocolar na manhã desta quarta-feira (23), no Ministério da Justiça (MJ), uma moção de repúdio à Minuta de Portaria do MJ que pretende regulamentar o Decreto nº1775/96 (leia aqui), que trata da demarcação das terras indígenas, modificando o procedimento.

Caso a Minuta seja efetivada, grupos contrários à demarcação dos territórios indígenas terão livre acesso para interferir desde os primeiros momentos do procedimento de identificação e delimitação dessas terras, lesando o cerne dos direitos dos povos indígenas, garantidos constitucionalmente.

“A publicação e efetivação das medidas contidas na Minuta podem acirrar intensamente os conflitos, favorecer uma parcela de pecuaristas, latifundiários, produtores rurais e grileiros de terras, inimigos históricos dos índios. [...] Não se pode aceitar que o Governo do Brasil assuma posição tão aberta e insultuosa, injuriosa e ultrajante aos Povos Indígenas através de atos normativos e de políticas regulatórias em desfavor dos povos originários, como pretende com o que propõe a regulamentação do Decreto 1775/96.”, diz trecho do documento da Via Campesina.

Um parecer jurídico (leia aqui) analisando os principais equívocos constitucionais da Minuta de Portaria foi entregue ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no início de abril, durante sessão da 9ª reunião extraordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em Brasília (DF). A Via Campesina também manifesta no documento sua adesão ao parecer, elaborado por organizações indígenas e indigenistas e apoiado por NUMERO instituições (...).

Para assinar o parecer contra a Minuta do MJ é necessário enviar uma mensagem de adesão ao endereço eletrônico apib.nacional@gmail.com. As assinaturas serão anexadas e enviadas às autoridades.

No Brasil, além do MAB, as demais organizações da Via Campesina também assinaram o parecer contra a minuta - ABEEF, CIMI, CPT, FEAB, MPA, MMC, MST, PJR, MPP, APIB, SINPAF, ADERE, ENEBio, CONAQ e MAM.



Ribeirinhos contam com transporte gratuito até Calama

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 23.04.2014

O Barco da Assistência Social, mantido pelo Governo do Estado de Rondônia, partiu para mais uma viagem na manhã desta terça-feira (22), dessa vez com destino à Vila de Calama, distrito localizado há 200km de Porto Velho, às margens dos rios Madeira e Machado.

Desde 2011, os ribeirinhos que moram ao longo das vias fluviais dos rios Madeira, Preto, Machado, Guaporé e Mamoré contam com o transporte gratuito, coordenado Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), para deslocamento e para transportar toda produção excedente das famílias ribeirinhas, como açaí, farinha, melancia, pimenta entre outros.

“Mantemos o calendário mensal das viagens dos barcos da Assistência Social, que há três anos vem atendendo toda a população ribeirinha de Porto Velho e do Vale do Guaporé”, frisa o secretário da Seas, Márcio Felix.

De acordo com o chefe do Núcleo de Proteção às Populações Tradicionais da Seas, Rony Lemos, o serviço de transporte gratuito já é uma referência para a população ribeirinha, principalmente nesse momento de crise, onde a enchente prejudicou muitas famílias que estão fora de suas casas e sem condições de manter suas atividades geradoras de renda.

Maria Safira Ferreira, tem 68 anos e mora na Vila de Calama. Ela conta que há um mês está em Porto Velho, alojada na casa do filho, devido à cheia do rio Madeira que cobriu mais da metade da sua casa. “Estou voltando agora que o nível do rio está baixando para ver as condições em que está minha casa. Ainda bem que posso contar com o barco da Assistência pra ir e vir e sabemos que cumpre o calendário de viagens todos os meses. Além de não pagarmos as passagens, ainda contamos com três refeições diárias enquanto estamos embarcados, isso nos proporciona uma economia muito grande, principalmente agora que perdemos nossa plantação que é nossa fonte de renda”, declarou Maria.

As localidades atendidas ao longo do rio Madeira são: Maravilha, Floresta, Remanso Grande, Belmonte, Silveira, São Miguel, Porto Chuelo, Mutuns, Cujubim Grande, Cujubinzinho, Ilha dos Mutuns, Bom Jardim, Ilha dos Veados, Itaoacá, Eporanga, Aliança, Ponta de Belém, Bom Será, Capitrai, São Carlos, Cavalcante, Guarani, Ilha dos Periquitos, Curicacas, Boa Hora, Boa Vitória, Nazaré, Santa Catarina, São José da Praia, Conceição da Galera, Ilha de Assunção, Ressaca e Calama. No ramal do rio Preto estão Santa Isabel, Aliança, Três Bocas, Jacarezinho e Gleba 9 e na região do Rio Machado o barco passa pelas localidades de Boca do Machado, Caboré, Demarcação, Independência, Santo Antonio, Bom Futuro, Lago Verde, Juruá, Patoá, Santa Helena, Monte Sinai e Dois de Novembro.

A próxima viagem será no dia 12 de maio com destino ao ramal do Rio Preto. O Barco Deus é Amor, da Seas, sai sempre às 11h do Porto Flutuante do Cai N'água. O cadastro de viagem, bem como o bilhete são entregues no ato da embarcação no momento da viagem.



Comunidade crítica substituta de Saúde Indígena em MS após protestos

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.04.2014

A gestão da coordenadora substituta do DSEI/Sesai (Departamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena/Secretaria Especial de Saúde Indígena) de Mato Grosso do Sul, Eliete Domingues, foi duramente criticada pelos índios, nesta terça-feira (15), durante reunião no MPF/MS (Ministério Público Federal), em Campo Grande, que discutiu a falta de estrutura do setor no Estado.

O encontro reuniu cerca de 50 participantes e abordou, entre outros assuntos, a agenda do Secretario Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, em Mato Grosso do Sul. Ele estará em Campo Grande entre os dias 18 e 22 de abril para discutir a saúde indígena no Estado. Logo, a comunidade quer levá-lo para as aldeias.

“Uma forma de fazer com que ele conheça in loco a falta de estrutura e a dificuldade da saúde nas aldeias, a falta de insumos, de material, de medicamentos, de profissionais e outros que têm trazidos prejuízos para a população”, explicou o presidente do Condisi (Conselho Distrital de Saúde Indígena), Fernando de Souza.

A nomeação do coordenador do Dsei/Sesai de Mato Grosso do Sul também foi discutida. Os indígenas querem que alguém da comunidade assuma o cargo. “Alguém que tenha respeito pela causa, que conheça o movimento e que entenda o indígena e não alguém sem pré-requisitos”, completou Fernando.

Atualmente, Eliete Domingues ocupa a coordenação, interinamente, no lugar de Nelson Carmelo Olazar, que caiu em 4 de dezembro do ano passado após exoneração do ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Nelson não era bem visto pelos indígenas do Estado, que fizeram diversos protestos contra a gestão dele.



Equipes da Aeronáutica seguem a pé até local onde aeronave foi localizada

SÍTIO DESTAKI NEWS, 23.04.2014

Bimotor estava desaparecido há mais de um mês. Avião saiu de Itaituba com destino a Jacareacanga, no sudoeste do Pará.

Equipes da Aeronáutica saíram nas primeiras horas da manhã desta quarta-feira (23) até o local onde foi encontrado o bimotor desaparecido há um mês no sudoeste do Pará. Segundo a Força Aérea Brasileira (FAB), os militares seguem a pé até o local, que é de difícil acesso.

Ainda de acordo com a FAB, que está à frente das buscas, após informações de alguns garimpeiros a equipe foi a pé até o local indicado e encontrou os destroços. O tempo de caminhada até o local é de aproximadamente 30 minutos e não é possível ver do alto.

Após as equipes retornarem da mata, a FAB vai divulgar mais detalhes sobre as circunstâncias em que o avião foi encontrado. Ainda não há informações sobre as vítimas do acidente.

Buscas

A Força Aérea Brasileira (FAB) confirmou na noite da última terça-feira (22) que o avião bimotor Beechcraf Baron, desaparecido desde o dia 18 de março, foi encontrado em um local de difícil acesso, próximo ao município de Jacareacanga.

O bimotor decolou do aeroporto de Itaituba às 11h40 e sumiu 1h20 depois de o piloto ter feito o último contato pelo rádio. Desde então, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizava buscas na região. Além das buscas aéreas, participaram voluntários, que incluem moradores de Jacareacanga, funcionários do Distrito Sanitário Indígena e indígenas da tribo Munduruku.

O Ministério da Saúde divulgou o nome das pessoas que estavam a bordo: as técnicas de enfermagem Rayline Sabrina Brito Campos, Luciney Aguiar de Sousa e Raimunda Lúcia da Silva Costa, o motorista Ari Lima, além do piloto Luiz Feltrin. Uma das passageiras chegou a mandar mensagens de celular avisando que o avião passava por problemas.

Fonte:Cris(Destakinews0com inf:G1



Nos 514 anos da invasão, artistas se unem contra projetos legislativos anti-indígenas e pedem demarcação

SÍTIO CIMI, 23.04.2014

Para você, o Brasil foi descoberto ou invadido?

Como será que um indígena responderia esta pergunta?

Nós acreditamos que todo fato merece ser analisado por diferentes pontos de vista e que ao cruzar olhares possibilitamos a construção de uma sociedade mais consciente, inteligente e responsável. Esta é a inspiração para nossa mobilização em apoio aos povos indígenas no Brasil na defesa de seus direitos.

Entendemos que os mais de 305 povos indígenas brasileiros, caracterizam um patrimônio da diversidade sociocultural do Brasil que se reflete nos seus conhecimentos e modos de vida, em 274 línguas e uma imensa variedade de expressões artísticas e rituais.

A demarcação dos territórios indígenas, hoje paralisada, é condição básica de sobrevivência para esses povos. Sabemos que a maioria das Terras Indígenas no Brasil sofre invasões, impacto de obras e, frequentemente, os índios colhem resultados perversos do que acontece mesmo fora de suas terras, nas regiões que as cercam: poluição de rios por agrotóxicos, desmatamentos etc.

Apesar disso, em algumas regiões do Brasil, quase tudo o que sobrou da cobertura vegetal nativa está no interior das terras indígenas e das unidades de conservação. Acreditamos que a diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira são fundamentais para construirmos outro futuro para a humanidade e o planeta.

Hoje estamos lançando nossa campanha e contamos com você para levar esta mensagem adiante.

Participe:

<http://www.umagotanooceano.org/peticao/tamuate.aki.mobilizacao.nacional.indigena.html>

Atenciosamente,

Equipe dos Tamuaté-aki

Alexia Dechamps, Ana Lima, Angelo Antonio, Cacau Protázio, Carla Daniel, Charles Gavin, Claudia Ohana, Dira Paes, Fernando Alves Pinto, Giulia Gam, Guilhermina Guinle, Jorge Pontual, Letícia Persiles, Letícia Sabatella, Marcelo Bonfá, Marcos Palmeira, Maria Paula Fidalgo, Marina Rigueira, Pedro Scooby, Thaila Ayala, Tony Garrido, Wagner Moura, Marcos, Minna Antonelli e Isadora Garrido

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=jFmgncnrxck

MPF/RR: mais dois fazendeiros desocupam área na região do Ajarani.

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 23.04.2014



Do MPF/RR. De acordo com o cronograma estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) com proprietários de 12 fazendas situadas irregularmente dentro da Terra Indígena Yanomami, no último sábado (19/04), mais duas fazendas ocupadas por não índios foram desocupadas. Localizadas na região do Ajarani, no município de Caracaraí (RR), as fazendas Paludo e Nossa Senhora Aparecida, foram entregues aos Yanomami.

Por força do TAC, no dia 13 de dezembro de 2013 houve a desocupação da Fazenda Dois Irmãos. E no dia 31 do mesmo mês e ano, finalizou o prazo para que mais três fazendas – Retiro do Repartimento, Repartimento e Miguelão – fossem desocupadas. Todas as demais áreas ocupadas por não índios dentro da TI Yanomami deverão ser desocupadas até 31 de maio deste ano.

Em caso de descumprimento do prazo estipulado, consta no TAC que os órgãos responsáveis estão autorizados a promover a desintrusão da área, por todos os meios necessários, independentemente de ordem judicial.

Além disso, após os respectivos prazos elencados para a efetiva desocupação das fazendas, caso ainda não tenha ocorrido a total e completa desocupação da área, incidirá multa diária de R\$ 50 mil.

Os fazendeiros não poderão retirar, destruir ou reter nenhuma benfeitoria realizadas nos imóveis situados na área do Ajarani, especialmente aquelas que tenham sido objeto de indenização pela Funai, sob pena de multa no valor de R\$ 500 mil.

No TAC, o procurador da República Gustavo Kenner Alcantara, representante titular da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Indígena do MPF, destaca que consta na Constituição Federal que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são destinadas a sua posse

CONT.



permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

“Passados mais de 20 anos da sua homologação, a Terra Indígena Yanomami ainda é ocupada por não índios. Isso afronta o direito dos povos indígenas à posse permanente e usufruto exclusivos de suas terras, bem como interfere na organização social, costumes e tradições destes povos”, destaca.

Poder de Polícia e autoexecutoriedade dos atos administrativos

Conforme entendimento do Ministério Público Federal cabe à Funai promover a proteção territorial e a regularização fundiária das terras indígenas, adotando medidas administrativas para tanto, no exercício de seu poder de polícia.

Esse também é o entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), que em parecer jurídico afirmou que a Funai é dotada de poder de polícia, “competindo-lhe promover, em âmbito administrativo, a desocupação dos ocupantes de terras indígenas, em especial daquelas já demarcadas e com processo de indenização para pagamento das benfeitorias de boa-fé devidamente concluído”.

Em decisões recentes, ao indeferir pedido de liminar do detentor da área, a Justiça Federal, entendeu que é poder/dever da Funai realizar a desocupação de áreas indígenas indevidamente ocupadas por não índios, sendo todos os atos administrativos dotados de autoexecutoriedade, haja vista que, nos termos do art. 231 da Constituição da República, não há que se falar em proteção possessória em terra indígena por não índios.

Foto: Reprodução/Mochilao.tur.br

Fonte: Brasil de Fato



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Mostra dos Povos Indígenas estará disponível na Unesc

SÍTIO A TRIBUNA, 23.04.2014

A Unesc promove quinta e sexta (24 e 25/4) a 1ª Mostra Audiovisual dos Povos Indígenas: Etnografia e Arqueologia. Ao longo dos dois dias serão sete documentários exibidos no Laboratório de Arqueologia do Iparque (Parque Científico e Tecnológico da Unesc), sempre com início às 16h30. A entrada é gratuita.

O evento é organizado pelo Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território e Setor de Arqueologia da Unesc, com apoio do Iparque, Grupo de Pesquisa em Ecologia de Paisagem e de Vertebrados e PPGCA (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais).

Confira a programação no link:

http://www.unesc.net/portal/resources/213/arquivos/i_mostra_audiovisual.jpg

Textos: Redação / reportagem@atribunanet.com



Deputada Solange cobra resposta da Funai sobre reconhecimento de nova etnia indígena em Araguaçu

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 23.04.2014

Requerimento foi apresentado há mais de seis meses, sem contudo ter recebido qualquer tipo de esclarecimento da Fundação

Da Redação

A deputada Estadual Solange Duailibe (SD) solicitou à mesa diretora da Assembleia Legislativa que cobre resposta da Coordenação Regional da Funai, do requerimento enviado pela Casa, solicitando informações acerca do processo de possível reconhecimento da etnia indígena "Kanela do Tocantins", no município de Araguaçu. O referido requerimento, de autoria da parlamentar foi apresentado há mais de seis meses, sem contudo ter recebido qualquer tipo de esclarecimento da Funai.

De acordo com a deputada, o referido processo tem impactado de forma negativa o mercado imobiliário rural de Araguaçu e tumultuado a vida de agricultores.

"A indefinição e a falta de informações seguras vêm causando prejuízos tanto para proprietários de terras, que não conseguem mais concretizar negócios, bem como, para agricultores e investidores da região que também suspenderam qualquer tipo de investimentos nas propriedades rurais do município", explica a deputada.

Reserva no Maranhão

Segundo Solange Duailibe, a denominada etnia Kanela possui reserva indígena no Estado Maranhão.

"Nos loteamentos Três Barreiras e Água Bonita, área de 85 mil hectares e que está em estudo por antropólogos da Funai, existem outros moradores sexagenários que ali vivem há mais de seis décadas, não tendo nem se quer boatos que a região tenha sido habitada por índios da referida etnia no Tocantins", resalta Solange.

Audiência Pública

Solange Duailibe afirma que os referidos fatos, sem qualquer notificação aos proprietários e produtores rurais da região por parte da Funai, geram insegurança e prejuízos e que é necessário garantir o direito ao contraditório.

"Estamos aguardando respostas para realizar uma grande audiência pública, coordenada pela Assembleia Legislativa, para garantir a oitiva da parte contrária, representada por agricultores e proprietários de fazendas, chácaras e sítios situados na área", conclui a parlamentar.



UFMG discute inserção indígena

SÍTIO UFMG, 23.04.2014

Debate sobre inserção dos indígenas em cursos de formação superior na área da saúde e reunião para apresentar reivindicações relacionadas à entrada e à permanência desses alunos na Universidade encerram esta semana atividades promovidas por estudantes indígenas.

A mesa-redonda O indígena na saúde e a saúde do indígena, que será realizada na tarde desta quinta-feira, 24, no auditório na Escola de Enfermagem, vai discutir a organização do subsistema de saúde indígena e também a forma como esse grupo social contribui ou influencia nos processos de incorporação da diversidade cultural nas suas diferentes dimensões, no ambiente universitário e na formação dos estudantes do ensino superior em geral.

As atividades têm início às 14h, no campus Saúde (avenida Alfredo Balena, 190, bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte), com mostra de fotografias, canto e filmes sobre a questão indígena. A mesa-redonda acontece das 17h às 19h.

Já na sexta-feira, 25, às 15h, o pró-reitor de Graduação, Ricardo Takahashi, e outros membros da equipe do Reitorado vão receber comissão composta por estudantes, professores e lideranças indígenas.

A possibilidade de fazer as provas do vestibular na língua de cada etnia, moradia para as comunidades indígenas e criação de conselho consultivo indígena que auxilie a Administração da Universidade na elaboração de políticas específicas são algumas das reivindicações do grupo.

Os eventos são organizados por estudantes indígenas, em parceria com a Comissão de Acompanhamento de Estudantes Indígenas (Caei) da UFMG, coordenada pela professora Livia de Souza Pancrácio de Errico, do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública.

Como explica a professora Shirley de Miranda, da Faculdade de Educação e coordenadora do programa Formação Intercultural de Educadores Indígenas (Fiei) da UFMG, em abril, por se comemorar no dia 19 o Dia do Índio, as comunidades indígenas costumam realizar eventos que deem visibilidade às suas constantes lutas por sobrevivência e etnodesenvolvimento. "São realizadas comemorações em aldeia, que costumam receber a visita de não-indígenas, numa perspectiva de interculturalidade", reitera.

A professora da Escola de Música Rosângela Tugny, que desde 2003 pesquisa e divulga a cultura indígena, avalia que o momento atual é "crucial e terrível para os povos indígenas", que precisam garantir seus direitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Para a vice-reitora Sandra Goulart Almeida, a data é adequada para que a Universidade reflita sobre o que já realiza e o quanto ainda pode fazer. “A acolhida aos indígenas é parte da política de uma Universidade que tem no respeito à diversidade um de seus pilares”, destaca a vice-reitora.

Indígena de 86 anos frequenta escola diariamente e é exemplo perante aos seus colegas de turma

SÍTIO PORTAL RONDON, 23.04.2014

Mesmo com idade avançada e problemas de visão, o estudante não falta às aulas e afirma gostar de estudar.



Na terça-feira 08 de abril de 2014, a direção e equipe pedagógica do CEEBJA de Santa Helena visitaram a comunidade indígena Tekorã Anetete de Diamante do Oeste.

Este contato de interesse político/pedagógico se faz necessário, haja vista que naquela localidade existe uma extensão de ensino sob a coordenação do CEEBJA santa-helenense na modalidade APED – Ação Pedagógica Descentralizada em nível de Educação Séries Iniciais - 1º ao 5º ano.

Para os educadores, o que chama a atenção na turma de alunos daquela comunidade indígena é o índio Guarani Sr. Lírio Kuaray Poty Chamorro nascido no município de São Miguel do Iguaçu extremo oeste do Paraná no dia 08 de fevereiro de 1928.

Este senhor com 86 anos de idade frequenta diariamente os bancos escolares.

Os professores “brancos” que administram aulas na Língua Portuguesa para este aluno os admiram muito pela persistência, força de vontade, determinação, educação e respeito demonstrado por ele para com seus educadores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Mesmo com idade avançada e problemas de visão, o estudante não falta às aulas. Perguntado a ele se gosta de estudar, respondeu categoricamente “sim e sonho em aprender bem o português”, afirma o ancião Guarani.



VII encontro do CEDAP: Culturas indígenas e identidades

SÍTIO AMPUH, 23.04.2014

O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Profª Drª Anna Maria Martinez Corrêa (CEDAP) da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Câmpus de Assis) realizará entre 23 e 25 de abril de 2014 o VII Encontro do CEDAP, que discutirá o tema: “Culturas indígenas e identidades”. O objetivo mais geral dessa escolha é fomentar a discussão em torno de questões atuais envolvendo os povos indígenas, que embora presentes quase que diariamente nas manchetes dos jornais eletrônicos do país, suas vivências e problemas ainda ficam confinados a áreas específicas do conhecimento, mesmo que as políticas públicas, cumprindo as determinações da Constituição de 1988, tenham alavancado a ampliação dos estudos desses povos indígenas, nas áreas das humanidades.

O debate volta-se, portanto, às questões vividas por esses protagonistas na atualidade, referentes à política, à educação indígena e a problemática da mulher e, ainda, as suas expressões artísticas (dança, escultura e pintura corporal), que reafirmam seus valores e os conhecimentos de si. Esses temas serão discutidos em mesas redondas, conferências, minicursos, comunicações de pesquisas, Exposição e atividades artísticas.

Maiores informações em: <http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/vii-encontro-do-cedap/>



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Instituto promove Encontro Cultural Indígena

SÍTIO ENSAIO GERAL, 23.04.2014

Campo Grande (MS) – O Instituto RessoArte, entidade apoiada pelo Oi Futuro por meio do projeto “Orquestra Indígena Teko Arandú”, promove, no próximo sábado - dia 26, o Encontro Cultural Indígena ‘Petei Ará Porã’ (‘um dia melhor’ em guarani) na Vila Olímpica da Aldeia Jaguapirú em Dourados. O evento é considerado um importante momento de celebração entre os povos indígenas e tem como objetivo promover o intercâmbio e integração entre os grupos culturais do Mato Grosso do Sul. A programação abrange apresentações culturais de música e dança, exposição de artesanato, realização de oficinas de formação artística e prática de esportes.

Na ocasião, os professores das oficinas de artes do Instituto RessoArte, incluindo da Orquestra Indígena Teko Arandú, ministrarão oficinas aos jovens indígenas guarani da Aldeia de Jaguapirú. Em contrapartida os mestres do Grupo Guaté ofertarão oficinas de música, canto e dança tradicionais da etnia guarani-kaiowá aos alunos do Instituto RessoArte, em um processo de interação e troca de saberes.

A orquestra ‘Teko Arandú’, projeto selecionado pelo Programa Oi Novos Brasis do Oi Futuro, beneficia 125 crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária entre seis e 24 anos, das comunidades e escolas indígenas da rede pública de ensino de Anastácio e Aquidauana (MS). Os alunos recebem oficinas de formação musical teórica e prática de instrumentos de percussão, sopro e cordas (violão) e de musicalização. O objetivo é oferecer formação musical continuada a jovens em situação de vulnerabilidade social. O evento é promovido pelo Instituto RessoArte em parceria com o Grupo Guaté e conta com o apoio do Coletivo de Trabalhadores Indígenas de Mato Grosso do Sul e da Aldeia Jaguapirú.

Serviço:

Encontro Cultural Indígena ‘Petei Ará Porã’

Data: 26/04/14

Local : Vila Olímpica da Aldeia Jaguapirú – Dourados/ MS

Programação (evento aberto ao público):

9h: Abertura

10h às 12h - Apresentações Culturais (orquestra indígena Tekô Arandú , balé , capoeira , dança e música).

13h30 às 16h – Oficinas de balé, capoeira e música instrumental

16h - Apresentação do Grupo Guaté



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

VIDEOCONFERÊNCIA | 23/04/2014, 14h – Apropriações Tecnológicas no Ensino-Aprendizagem da História e Cultura dos Povos Indígenas
SÍTIO DIREC 02/ FEIRA DE SANTANA, 23.04.2014

Convidamos a todos para participarem da Videoconferência Apropriações Tecnológicas no ensino-aprendizagem da História e Cultura dos Povos Indígenas: Um outro olhar sobre a 11.645/08 que acontece dia 23 de abril de 2014, das 14h às 18h, no IAT.



Iniciando o ciclo de videoconferências dos meses temáticos, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, por meio do Instituto Anísio Teixeira (IAT), convida toda comunidade escolar a participar da **Videoconferência Apropriações Tecnológicas no ensino-aprendizagem da História e Cultura dos Povos Indígenas: Um outro olhar sobre a 11.645/08** que acontece dia **23 de abril de 2014, das 14h às 18h, no IAT.**

O Evento tem como objetivo contribuir para a implementação da Lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Será debatida a relação entre as apropriações tecnológicas no ensino-aprendizagem, o reconhecimento da história e o fortalecimento dos valores das culturas indígenas, suas memórias, diversidade e identidades.

Data: 23/04/2014

Horário: 14h às 18h

Local: Instituto Anísio Teixeira, salas de videoconferência das DIREC e Transmissão através do Portal da Educação.

Mais informações

<http://educadores.educacao.ba.gov.br/noticias/apropriacoes-tecnologicas-no-ensino-aprendizagem-da-historia-e-cultura-dos-povos-indigenas->

Contato

Rede Anísio Teixeira (Programa de Difusão de Mídias e Tecnologias Educacionais) - reded.anisio@educacao.ba.gov.br / 71 3116 - 9038

Visite também o site temático Culturas Indígenas
www.educacao.ba.gov.br/culturasindigenas

Tupã - 42ª semana do índio
SÍTIO INTERATIVA FM, 23.04.2014



42ª Semana do Índio de Tupã

De 22 a 26/4/2014

"Oficinas de Artesanato Indígena"

Data: 23/4/2014

10h – Marisa Jorge: oficina de colar Kaingang

10h – Ana Paula José: oficina de colar Terena

14h – Marisa Jorge: oficina de colar Kaingang

14h – Ana Paula José: oficina de colar Terena

Local: Praça da Bandeira, Centro – Tupã/SP

"Índio no Museu Especial"

Data: 23/4/2014

Dois indígenas estarão no museu para trocar experiências com o público e apresentar um pouco mais de suas tradições, cotidiano e cultura. Os convidados são Camargo José e Autiere Damaceno.

Local: Museu H.P. Índia Vanuïre (Rua Coroados, nº 521, Centro – Tupã/SP)

Horário: das 9h às 16h



Semed oferece alfabetização bilíngue para alunos indígenas

SÍTIO AMAZONAS NOTÍCIAS, 23.04.2014

Professores da rede municipal de educação, que atuam em escolas e espaços culturais onde há alunos indígenas, estão participando de formação para oferecer a alfabetização bilíngue. Nessas unidades de ensino, o estudante indígena aprende a língua portuguesa e a língua materna da etnia da qual pertence.

A capacitação, que teve início nesta terça-feira, 22, e segue até o próximo sábado, 26, é oferecida a 22 professores da Secretaria Municipal de Educação (Semed) que atendem mais de 439 estudantes de quatro escolas indígenas e 19 espaços culturais da prefeitura.

A formação faz parte da 'Ação Saberes Indígenas na Escola', realizada pela Semed em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC) e Universidade Federal do Amazonas, Ufam.

Segundo o secretário da Semed, Humberto Michiles, a formação contribui para preservar a diversidade cultural dos povos indígenas. "A formação continuada dos nossos professores indígenas dará subsídio para que eles possam alfabetizar nossas crianças de acordo com suas peculiaridades, com suas culturas e seus hábitos. Não podemos perder de vista que o Amazonas é o Estado com a maior diversidade étnica do planeta e é importante que a educação respeite essa diversidade", falou.

Módulos

A formação terá cinco módulos, um por mês até outubro. As aulas irão abordar a alfabetização como eixo central e serão ministradas por profissionais da Ufam. Ao final do curso, os professores produzirão materiais didáticos como: cartilhas, vídeo-aula e livretos de histórias infantis para utilizarem em sala de aula no processo de ensino e aprendizagem nas aulas.

"Queremos formar professores de forma que possam atuar interdisciplinarmente utilizando dos seus saberes tradicionais no fortalecimento de suas culturas sem deixar de atender a educação normal", disse a gerente de Educação Escolar Indígena da Semed, Meire Lane Araújo.

O diretor da Escola Indígena Três Unidos, na comunidade de mesmo nome, no Baixo Rio Negro, Raimundo Kambeba, destacou a importância pedagógica da 'Ação Saberes Indígenas na Escola'. Segundo ele, a formação vai qualificar a construção dos projetos educacionais.

"Essa formação saberes indígenas vem melhorar pedagogicamente o trabalho em sala de aula e ensinar como aproveitar o conhecimento tradicional de cada povo", disse o diretor.

A ação, instituída pelo MEC em 2013, visa promover formação continuada a professores indígenas no processo de alfabetização, respeitando a língua materna e os processos próprios

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

de aprendizagem. É objetivo também oferecer auxílio na elaboração de material didático diferenciado. O Saberes Indígenas na Escola é uma ação do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais.

Troca de experiência

A Coordenadora do Projeto Quinta Habilidade, desenvolvido pela Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes, participou da abertura da 'Ação Saberes Indígenas na Escola'. Ela está em Manaus para ouvir pesquisadores indígenas que atuam em São Gabriel da Cachoeira. A participação na abertura da formação, segundo ela, serviu para conhecer as ações educacionais indígenas de Manaus.

"Eu me sinto uma privilegiada em estar em Manaus no momento de um evento tão importante e de conhecer o grande trabalho que esta secretaria está desenvolvendo. Lá no Espírito Santo temos duas etnias, os Tupiniquins, que perderam totalmente sua língua, e os Guaranis que preservaram sua língua. Hoje, nosso trabalho é fortalecer a língua que se manteve e resgatar a que foi perdida", explicou.

Comunidades indígenas do Amazonas comandam negociações

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 23.04.2014

Comunidades são incentivadas na venda de produtos para multinacionais e participação em feiras internacionais



O titular da Seind, Bonifácio Baniwa, cita as negociações entre os Saterê-Mawé e a Ambev como um dos exemplos que influenciam positivamente no etnodesenvolvimento da comunidade. Foto: Divulgação/Seind

MANAUS - Aos poucos as comunidades indígenas conseguem autonomia quando o assunto gira entre negócios com empresas e indústrias. A maior autonomia vem para suprir a falta de diálogo entre o setor produtivo e as comunidades indígenas, além de diminuir a ameaça para a conservação ambiental, fatores que eram responsáveis por trazerem impactos negativos para os negócios das próprias empresas. Para evitar o desgaste perante a comunidade internacional e garantir os lucros, estas passaram a evitar decisões que, quase sempre, eram unilaterais e os negócios hoje são tratados com as lideranças indígenas que exigem respeito e preços justos.

No Amazonas, a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) é responsável por articular as negociações. Com a finalidade de formular, executar e implementar a política de etnodesenvolvimento sustentável, em que o indígena detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses e a preservação de valores culturais e históricos.

O titular da Seind, Bonifácio Baniwa, cita as negociações entre os Saterê-Mawé e a Ambev

CONT.



como um dos exemplos que influenciam positivamente no etnodesenvolvimento da comunidade. "Entre os indígenas e a empresa, o consórcio gera benefícios e os preços são justos. A Ambev ajuda a manter equipes de monitoramento e fiscalização da área, constituídas de indígenas das próprias comunidades, o que nos dá autonomia para mantermos nosso estilo de vida e ter um aumento na qualidade de vida, através de emprego e renda", conta Bonifácio.

Novo sistema

A partir de 1998, depois da demarcação das terras indígenas na região do Rio Negro, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e associações filiadas, começaram a implantar um conjunto de projetos-piloto para viabilizar algumas iniciativas prioritárias das comunidades indígenas, na direção de um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável .

Algumas ações visavam incentivar a produção sustentável por encomenda de cestaria de arumã para comercialização com a gestão direta dos recursos pelas associações baniwa, agregando valor cultural e ambiental aos produtos e identificando nichos de mercado adequados para obter preços compensadores. "Atualmente os baniwa tratam direto com empresários de São Paulo e participam de várias feiras de negócios pelo país e exterior. O material retirado por meio de manejo sustentável vem ganhando valor agregado e atingindo vários mercados," conta o secretário.

Fieam

Exemplificando estas políticas inovadoras, a participação de 18 organizações indígenas na Feira Internacional da Amazônia (Fiam) 2013, gerou, após três dias de vendas, R\$ 27,6 mil, com faturamento maior para a União das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Rio Negro (Umai), que obteve R\$ 10,7 mil, contra R\$ 3,6 mil da segunda colocada, a Associação das Mulheres Indígenas de Bom Caminho (Amatü), do município de Benjamin Constant (a 1.116 quilômetros de Manaus). Toda a ação foi coordenada pela Seind, por meio da câmara técnica "Sustentabilidade Econômica dos Povos Indígenas", do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Ações governamentais

Um das ações governamentais de maior impacto para os indígenas, foi a inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As diversas capacitações aumentaram gradativamente a renda per capita das organizações indígenas, envolvendo recursos na ordem de R\$ 6,4 milhões, entre 2008 e 2012. "As negociações com a Conab, fazem com que os indígenas tenham uma renda própria, já que tudo o que é produzido é negociado antecipadamente e com preço justo e o excedente como parte do que é comprado vai para comunidades em risco, além da renda, ainda ajudamos outras pessoas", contra Bonifácio.

O compromisso da Conab de incentivo aos produtores extrativistas, representa uma mudança de atitude, melhora na qualidade e aumento da produtividade, estimulando a renda das

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

comunidades indígenas, explica o superintendente da Conab-Am, Thomaz Meirelles. “O desenvolvimento sustentável é responsável por manter o homem no campo e para as comunidades indígenas é fundamental, para manterem sua autonomia”, disse.

As comunidades também passam por mudanças, já que a comercialização com o governo ou com empresas/indústrias nacionais e estrangeiras necessita de certificações e adequações ao mercado. Contando com parcerias do porte de Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e outras. “Atingir outros mercados é difícil, mas não impossível. Às vezes esbarramos na burocracia, que inibe a certificação, mas estamos conseguindo, formando nossos próprios profissionais de pesquisa”, conclui Bonifácio.



CCJ aprova aumento de pena para crime contra dignidade sexual de indígena
SÍTIO OLHAR DIRETO, 23.04.2014

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou nesta terça-feira (22) proposta que altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) para fixar em 1/3 o aumento da pena aplicada aos crimes contra a dignidade sexual em que a vítima seja índio não integrado ou de comunidade indígena.

Pelo Projeto de Lei 693/11, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), haverá adaptação no estatuto à nova redação do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

Pela nova redação, o título 6º do código passou a ser "dos crimes contra a dignidade sexual", em substituição à denominação anterior: "dos crimes contra o costume". Em razão da exclusão do termo "costumes", o Estatuto do Índio passou a ter uma referência desatualizada, segundo o autor da proposta.

O texto do estatuto estabelece atualmente que "no caso de crime contra a pessoa, o patrimônio ou os costumes, em que o ofendido seja índio não integrado ou de comunidade indígena, a pena será agravada de um terço". Já o projeto propõe a substituição do termo "os costumes" por "a dignidade sexual" a fim de torná-lo atual.

O relator na comissão, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), apresentou parecer pela aprovação da matéria. Ele ressaltou que o projeto está de acordo com as novas redações do Código Penal e da Constituição, e considerou a proposta justa.

Nesta semana, em alusão ao Dia do Índio (19 de abril), a CCJ destaca em pauta de votações propostas que possam ampliar os direitos e preservação da cultura indígena brasileira.

Tramitação

O PL 693/11 ainda será analisado pelo Plenário da Câmara.



Violência contra a mulher indígena em debate na V Semana do Índio – CampoGrande/MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 23.04.2014

A Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI), da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul, debaterá durante a V Semana do Índio, de 24 a 26 de abril, o tema “A Importância do Esporte na Manutenção da Cultura e dos Costumes dos Povos Indígenas”.

No encontro também serão discutidos a violência e os preconceitos praticados contra a mulher indígena. O evento é gratuito e será realizado na sede da OAB/MS.

A primeira palestra do encontro terá como foco “O Índio na História”, e será ministrada pelo doutor e professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Neimar Machado de Sousa. Os palestrantes no dia 25 serão os fundadores dos Jogos Indígenas, Marcos Terena e Carlos Terena.

A Violência contra a Mulher Indígena também será abordada no dia 25, às 19h30, com a promotora Ana Lara de Castro. Para encerrar as atividades, o dia 26 contará com atividades como futebol, feira de artesanato e culinária e exposição do filme “Xingu”. (Capital News)



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

Leitor critica artigo sobre terras indígenas

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 23.04.2014

A proposta da senadora Kátia Abreu é uma reedição do êxodo forçado dos trabalhadores do campo, que originou milhares de favelas pelo país. O indígena não quer e não tem condições de competir com quem vive na cidade. Ele se identifica com seu habitat e briga pela manutenção das florestas. Antes de indenizar a terra ocupada ilegalmente, o governo federal tem que retomar as terras devolutas e analisar a situação do atual ocupante das terras indígenas. Deixar para o Congresso decidir é soltar o sapo na água do latifúndio, das oligarquias estaduais.

*

PARTICIPAÇÃO

Os leitores podem colaborar com o conteúdo da Folha enviando notícias, fotos e vídeos (de acontecimentos ou comentários) que sejam relevantes no Brasil e no mundo. Para isso, basta acessar Envie sua Notícia ou enviar mensagem para leitor@uol.com.br

MPF-AM recomenda que Unir receba alunos indígenas de Humaitá

SÍTIO ARAGUAINA NOTÍCIAS, 23.04.2014



"Nunca tive dúvida em algum momento, que isso seria feito para Palmas", afirmou o prefeito Carlos Amastha, antes mesmo da confirmação que a Capital seria a sede dos Jogos Mundiais Indígenas. A certeza do prefeito foi confirmada pelo Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena (ITC), que teve o poder de decisão neste processo de escolha.

Para o Comitê, Palmas apresentou o melhor projeto técnico, e por isso foi escolhida para entrar na história como a primeira cidade do mundo a sediar os Jogos Mundiais Indígenas.

"Tenho certeza que a melhor coisa que aconteceu a esta cidade nos últimos 25 anos é a oportunidade que a gente vai ter de abrir para que o mundo nos conheça. A gente vai envolver todos os organismos internacionais, ONU, Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial. O mundo inteiro vai saber que Palmas existe e, garanto uma coisa, os Jogos Mundiais Indígenas estão acontecendo no momento certo do desenvolvimento da humanidade. Essa recuperação de valores, das nossas raízes, sustentabilidade, todos esses conceitos que vão estar implícitos dentro desses Jogos", reforçou Amastha.

A escolha sela um processo de candidatura que começou em agosto do ano passado, quando o prefeito Carlos Amastha e o presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer (Fundesportes), Ten. Cleyton Alen estiveram em Cuiabá na Edição Nacional dos Jogos Indígenas para colocar a cidade de Palmas na disputa.

Desde então, a Prefeitura manteve contato com o Ministério, recebeu visitas e elaborou o projeto técnico para os Jogos, decisivo na escolha. A previsão é que a competição seja realizada em julho de 2015.

"Foi um trabalho árduo e estamos muito satisfeitos, não só com a equipe da Fundesportes, mas de todas as pastas da Prefeitura, e outros órgãos que nos ajudaram neste processo. Nosso projeto é grandioso e agora o trabalho será ainda maior. Palmas será a única cidade do país a ter legado da Copa, das Olimpíadas, e dos Jogos Mundiais", pontuou Ten. Cleyton Alen em relação aos aparelhos esportivos que serão construídos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 71/ 2014

Brasília, 23 de abril de 2014.

A infraestrutura do evento, entre acomodações e instalações para os jogos contará com: aldeia para alojamento das etnias brasileiras, refeitório, oca digital, praça de alimentação com comidas típicas, campo de beisebol, raia olímpica, grande arena, museu do índio, feira de artesanato, Centro de Iniciação ao Esporte (legado das Olimpíadas) e Centro de Excelência de Futebol (legado da Copa do Mundo), além de salas de apoio técnico e destinadas à imprensa.

Nos próximos dias, Palmas deve receber a visita de membros do ITC para dar andamento às questões referentes à realização dos Jogos.



Etnia indígena apela à OEA para que EUA reconheçam roubo de terras

SÍTIO JORNAL DE LONDRINA, 23.04.2014

Após passar por todas as instâncias judiciais, na CIDH os índios depositaram suas esperanças de que seja solucionado o que para eles é uma "injustiça histórica"

Passaram-se mais de dois séculos desde que os índios Onondaga foram expatriados de sua casa, mas ainda hoje continuam buscando uma reparação daquela desapropriação de terras por parte do estado de Nova York, o que eles consideram um "roubo".

Agora os índios apelam para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organismo autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde foi apresentado um pedido no qual denunciam uma violação de suas garantias fundamentais por parte dos Estados Unidos.

Após passar por todas as instâncias judiciais, na CIDH os índios depositaram suas esperanças de que seja solucionado o que para eles é uma "injustiça histórica": que o estado de Nova York tenha se apropriado - de forma ilegal, segundo os Onondaga - de cerca de 2,5 milhões de acres (10.125 quilômetros quadrados) de suas terras entre 1788 e 1822.

Suas propriedades, que uma vez ocuparam a faixa central do que hoje é o estado de Nova York, do norte ao sul, incluindo a cidade de Siracusa, se limitam a cerca de 7.300 acres (cerca de 30 quilômetros quadrados), justo ao sul deste núcleo urbano.

"Não foi só uma injustiça, foram muitas", declarou à Agência Efe Freida Jacques, uma das mais respeitadas Onondaga, que denunciou os "ataques" e a queima de povoados da tribo que ocorreram entre o final do século XVIII e começo do XIX para tirar os índios de suas terras.

E os agravos não terminam nesta apreensão supostamente irregular de terras, já que os Onondaga (termo que significa "povo das colinas"), grandes defensores da natureza, viram como os diferentes interesses industriais e comerciais exploravam e contaminavam os locais que anos atrás foram sua casa.

Em 2005, os Onondaga iniciaram uma batalha judicial que os levou perante diferentes cortes federais e que terminou em outubro, quando a Corte Suprema se recusou a escutar seu caso.

"Passamos pelo sistema judiciário e não encontramos justiça. Parece que há leis diferentes para os nativos dos Estados Unidos", lamentou Freida.

Segundo explicou à Agência Efe o advogado dos Onondaga, Joseph Heath, as sentenças se basearam em dois argumentos: que passou muito tempo desde os fatos que foram denunciados e que não se pode afetar o povo que mudou para as terras uma vez que a tribo as

CONT.



abandonou.

CONT.

"Tomam a terra ilegalmente, exterminam os índios, são colocados assentamentos e não é possível afetá-los porque não seria justo. E isso só se aplica às nações indígenas", disse o advogado.

Os Onondaga tentam agora o sistema interamericano de direitos humanos em busca da reparação que não encontraram na Justiça americana.

"O pedido é sobre a tomada ilegal de terras entre 1790 e 1800, dos danos ao povo e à terra por esse motivo e à destruição ambiental que foi causada ali", comentou Heath.

Os integrantes da tribo, que manteve seus costumes e sistemas de governo (que proíbem a venda de álcool ou o jogo), proclamam que não buscam a concessão de licenças de cassinos - como ocorreu com outras comunidades de indígenas.

Além disso, também não querem obter benefícios econômicos e nem despejar os novos habitantes dos locais onde antes foram suas terras.

"A ação sobre nossas terras nunca buscou que ninguém fosse desalojado. Nós sabemos o que é ser desalojado, ser jogado de nossas casas, por isso que isso nunca foi parte de nossa reivindicação", ressaltou Freida.

Além disso, pedem que sejam levadas em conta as decisões que afetam o entorno e que seja respeitado seu direito de proteger e visitar seus lugares sagrados, de onde agora estão excluídos.

"Nossa ação é para ter acesso a uma terra que não foi ocupada, mas também para buscar uma recuperação de nosso povo, para que possamos ser quem somos sem ter de estar sempre nos defendendo", acrescentou a representante dos Onondaga.

Heath manifestou que espera que o estado de Nova York "enfrente e admita a verdade histórica: tomaram a terra ilegalmente e arruinaram seu meio ambiente".

"Porque, embora tenham se passado dois séculos, o tempo não apaga a injustiça", insistiu Freida.